



História da Historiografia

ISSN: 1983-9928

Brazilian Society for History and Theory of Historiography
(SBTHH)

Fico, Carlos; Wasserman, Claudia; Magalhães, Marcelo de Souza
Expansão e avaliação da área de história: 2010-2016
História da Historiografia, vol. 11, núm. 28, 2018, Setembro-Dezembro, pp. 267-302
Brazilian Society for History and Theory of Historiography (SBTHH)

DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i28.1393>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769895010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Expansão e avaliação da área de história: 2010-2016

Expansion and evaluation of the history area: 2010-2016

Carlos Fico, Claudia Wasserman & Marcelo de Souza Magalhães

RESUMO

Este artigo divulga dados sobre o crescimento e sobre a avaliação dos programas de pós-graduação em História durante os anos 2010-2016 e acerca do aprimoramento dos instrumentos de avaliação dos livros e periódicos. Apresenta, ainda, uma proposta de mudança da avaliação continuada dos programas de pós-graduação do Brasil.

ABSTRACT

This article publishes a report on the increase and evaluation of Brazilian graduate studies programs in History during the years 2010-2016 and the improvement of the instruments of evaluation of books and scientific journals. It also presents a proposal for a change in the continued assessment of the graduate programs of Brazil.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação, Historiografia, Brasil

KEYWORDS

Postgraduate, Historiography, Brazil

Alguns dados básicos

A pós-graduação no Brasil, como a conhecemos hoje, surgiu na década de 1970. À época, existiam onze mestrados e dois doutorados em História. Passados 48 anos, contamos com 62 mestrados, 38 doutorados e dez mestrados profissionais nessa área. Desconsiderando os mestrados profissionais (realidade muito recente na área de História), de 1971 até hoje tivemos um crescimento de 563% dos cursos de mestrado e de 1.900% dos cursos de doutorado, o que indica o enorme investimento dos pesquisadores, das universidades, dos institutos de pesquisa, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e das demais agências de fomento na construção da pós-graduação brasileira, em geral, e da pós-graduação em História, em particular.

De 1971 até hoje, em pouco tempo, saímos de uma realidade de concentração de formação de historiadores e de produção historiográfica em um número restrito de instituições de ensino superior e estados da federação para uma cobertura nacional, tanto no mestrado acadêmico como no doutorado. Em 2018, quando escrevemos, apenas cinco estados da federação ainda não possuem mestrado acadêmico em História, todos na região Norte (Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins). No caso da ausência de curso de doutorado em História, o número de estados sobe para doze: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, todos nas regiões Norte e Nordeste. Ainda assim, temos cursos de doutorado em todas as regiões do país.

De 2000 a 2018, ao menos na área de História, o processo de criação de novos cursos em diferentes instituições e regiões do Brasil foi intensificado. Dos 62 cursos de mestrados acadêmicos existentes, 38 cursos, ou 61%, foram criados nos últimos dezoito anos. No caso dos doutorados, no mesmo

período foram criados 24 dos 38 cursos existentes, ou 63%. Tal intensificação fica mais evidente com os dados sobre os cursos de mestrado profissional: um dos cursos foi criado em 2003, ficando solitário por quase uma década, e os nove restantes entre 2012 e 2016. Ao considerar apenas o período de nossa gestão, foram criados 42% dos cursos de doutorado, 19% dos mestrados acadêmicos e 90% dos mestrados profissionais – dados que indicam expansão significativa e estratégica, sobretudo quando considerada a ampliação, que implementamos conscientemente, dos doutorados e dos mestrados profissionais.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹ teve um forte impacto no crescimento dos cursos de pós-graduação. A criação de novas universidades, novos *campi*, novos cursos de graduação, a contratação de docentes efetivos em diversas regiões do país, tudo isso permitiu a constituição de novos grupos de pesquisa capazes de organizar cursos de mestrado – acadêmico e profissional – e de doutorado. A área de História, assim como as demais, foi impactada por essas mudanças significativas ocorridas nos últimos dezessete anos. Hoje, a produção histórica brasileira é mais diversificada e menos concentrada em poucas instituições. Essa área, atualmente, abriga um número significativo de professores envolvidos nos cursos de pós-graduação. Em 2004, a pós-graduação em História possuía 589 docentes permanentes e 104 colaboradores. Passados onze anos, em 2015, eram 1.464 docentes permanentes e 290 colaboradores. Um crescimento de 253% no número de docentes envolvidos em programas de 63 instituições de ensino superior.

O crescimento significativo da pós-graduação em História nas duas últimas décadas implicou também o aporte de mais recursos financeiros por parte das agências de fomento. Os valores ainda são limitados e estão aquém das necessidades dos programas. Os recursos são fundamentais para sustentar os programas existentes e permitir a expansão em regiões do país ainda pouco cobertas pela pós-graduação em História.

1 - Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com previsão de término em 2012, ver mais detalhes in: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acesso em: 1º nov. 2018.

Nem sempre percebido por todos, o vínculo entre fomento e avaliação foi grande motivador para buscarmos o aprimoramento dessa última, inclusive por meio de nossa atuação no Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES).

Acreditamos que, doravante, a expansão da área de História deva ser estrategicamente pensada. Como já temos razoável cobertura nacional de mestrados acadêmicos, deve-se avaliar bastante o possível impacto da criação de um novo curso nos demais existentes, principalmente no que tange à demanda. Quanto aos mestrados profissionais, experiência nova e bastante rica na área de História, há espaço para maior expansão. No caso dos doutorados, as possibilidades são maiores pelo fato de cursos de mestrado que entraram em funcionamento a partir dos anos 2000 estarem em franco processo de consolidação.

Após a Avaliação Quadrienal 2017,² a área de História conta com 72 programas de pós-graduação, sendo 62 cursos de mestrado acadêmico, dez cursos de mestrado profissional e 38 cursos de doutorado. Sobre as notas, os programas ficaram assim distribuídos: 23 programas nota 3 (31,5%), 26 programas notas 4 (36%), dezessete programas nota 5 (24%), quatro programas nota 6 (5,5%) e dois programas nota 7 (3%). Comparando-se com a distribuição antes da quadrienal, houve uma redução de 9,5% dos programas nota 3 e um aumento de 4% e de 6% dos programas nota 4 e 5, respectivamente. Os resultados indicam que a área de História tem caminhado para a consolidação de seus programas, registrando-se uma concentração de programas notas 4 e 5.

2 - Até 2012, a avaliação era realizada de três em três anos. A partir de 2013, passou a ser quadrienal.

No quadriênio 2017/2020, o desempenho dos programas aponta para a mesma tendência presente na Avaliação Quadrienal 2017: o aumento do número de programas com notas 4 e 5. Os programas nota 5 têm o desafio de ampliar sua internacionalização buscando ingressar no chamado “grupo de excelência”.

Sobre os programas acadêmicos que obtiveram nota 3 na quadrienal, para uma boa avaliação, é preciso considerar

há quanto tempo dado programa tem essa nota. Não basta considerar o total de programas nota 3, mas há quanto tempo eles existem. A área de História, tradicionalmente, “promove” com relativa rapidez os programas de nota 3 para nota 4. Por exemplo, dos dezessete programas criados entre 1998 e 2006, treze (76,4%) tiveram nota elevada e, dos onze criados entre 2007 e 2008, cinco (45,4%) tiveram nota elevada. O CTC-ES, após a Avaliação Quadrienal 2017, decidiu que os programas persistentemente nota 3 (os chamados “3x3” ou “4x3”) deveriam ter um acompanhamento especial da parte da coordenação da área que incluísse uma espécie de acordo, visando à realização de metas – algo que a área de História fez com relativo sucesso. Em nossa área, há apenas sete programas nessa situação. Na verdade, a existência de um bom número de programas nota 3, longe de significar que a área de História custa muito a elevar a nota dos programas, expressa a decisão efetiva de expandir a área, a partir, sempre, da aprovação de propostas de cursos novos que tenham qualidade – na medida em que os novos cursos costumam ser aprovados com a nota 3.

Instrumentos de avaliação

A avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) feita pela Capes implica a distribuição de recursos a serem aplicados na formação de mestres e doutores, a busca de aperfeiçoamento do sistema e a tentativa de assegurar a qualidade das pesquisas desenvolvidas em cada campo do conhecimento. Até meados dos anos 2000, a área de História realizou a avaliação com alguma dificuldade. As grandes áreas de Ciências Exatas, Tecnológicas e da Vida comumente deram protagonismo à mensuração de artigos acadêmicos por meio do fator de impacto. Os livros não eram seriamente considerados pela Capes, na medida em que não existia um instrumento objetivo de avaliação comparável ao Qualis Periódicos. Assim, a área de História e outras áreas da grande área de Humanidades eram vistas como problemáticas, pois, supostamente, estariam

conduzindo avaliações frágeis, não “objetivas”, diferentemente daquelas áreas que usavam os artigos publicados em periódicos “objetivamente” avaliados.

Todos os coordenadores que nos antecederam³ enfrentaram essa dificuldade e buscaram aprimorar os procedimentos de avaliação. Isso nem sempre foi fácil. O relatório da avaliação trienal 1998-2000 dizia que a comissão de avaliação da área de História considerava fundamental “uma avaliação ainda mais criteriosa da produção docente”:

Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, aperfeiçoar o Qualis da área, a fim de melhor aquilatar a qualidade dos periódicos onde os artigos são publicados e, em segundo lugar, criar critérios mais eficientes de avaliação dos livros, os quais ocupam lugar central na produção historiográfica. Sugere-se à área refletir sobre a possibilidade de utilizar consultores *ad hoc* para avaliar, nos livros, características previamente selecionadas, tais como a contribuição deles para o conhecimento histórico, sua originalidade etc.⁴

Na avaliação seguinte (2001-2003), foi possível fazer uma quantificação mais precisa da produção de livros, mas não muito mais do que isso.⁵ No triênio posterior, foi elaborado um primeiro Qualis Livros, com auxílio do aplicativo Excel, mas o prazo foi muito curto para que a experiência fosse bem-sucedida.⁶ Como veremos mais adiante, foi somente na gestão de Raquel Glezer que se faria uma avaliação mais efetiva dos livros.

A natural dificuldade de se estabelecer critérios para a avaliação de livros se somava à resistência da agência em aceitar tal avaliação, na medida em que, diferentemente da avaliação dos periódicos, tratava-se da consideração individualizada, autoral, das obras, o que não ocorria com os artigos. Algumas áreas de Humanas defendiam a necessidade de avaliação preponderantemente qualitativa; outras supunham suficiente classificar os livros formalmente, conforme sua origem editorial, modalidade etc. A variedade de critérios discrepava da aparente homogeneidade do Qualis Periódicos. Havia, ademais, problemas logísticos sempre mencionados e a inexistência de aplicativo próprio.

3 - Francisco Falcon foi “Consultor para a Área de História” entre 1985 e 1989 e “Presidente do Comitê de História” entre 1991 e 1995. Maria Helena Capelato foi “Representante da Área de História” durante a Avaliação Trienal 1995-1997. Janaína Amado presidiu a Avaliação Trienal 1998-2000. O período 2001-2003 foi conduzido por Maria Stella Bresciani; e Guilherme Pereira das Neves presidiu a Avaliação Trienal 2004-2006. Raquel Glezer foi “Coordenadora da Área de História”, quando conduziu a Avaliação Trienal 2007-2009.

4 - CAPES. Relatório de avaliação, triênio 1998-2000, área de História. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2000_040_Doc_Area.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

5 - CAPES. Relatório de avaliação, triênio 2001-2003, área de História. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2003_040_Doc_Area.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

6 - CAPES. Relatório de avaliação, triênio 2004-2006, área de História. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao-trienal/doc_areas_trienal_2007/2007_Historia_Aval2004-2006.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

Por outro lado, como os periódicos da área de História, na época, eram fragilmente indexados e não contavam com parâmetros bibliométricos que os hierarquizassem, também o nosso Qualis Periódicos era visto com desconfiança. Não surpreende, portanto, que a História tenha enfrentado muitas resistências sempre que buscou se afirmar. Em depoimento que gentilmente nos enviou, Maria Helena Capelato lembra que foi duramente interpelada por representantes da área de saúde pelo fato de a História ter “ousado” dar nota 7 a programas “irrelevantes”.⁷ Em artigo na *Folha de S.Paulo*, no qual reclamava do fato de a área de Economia não ter revistas A1 e A2, Bresser-Pereira acusou falsamente a História de ter muitas revistas com esses conceitos (BRESSER-PEREIRA 2011, p. A12).⁸ A História, na verdade, tinha poucas revistas nesse patamar (cerca de 7%), muito menos do que os 20% propostos pelo ex-ministro.

Nesse contexto de inexistência de instrumentos mais precisos de avaliação, é muito provável que a área, para se afirmar e se expandir, tenha se valido de outros recursos, como o prestígio das instituições renomadas e tradicionais. Isso não significa dizer que os programas sediados em tais instituições tenham sido injustamente privilegiados, mas que, na ausência de instrumentos precisos, o “peso” das grandes universidades serviu como proteção. Quando tais instrumentos se tornaram mais sofisticados, alguns ajustes puderam ser feitos – alguns dos quais, certamente, com grande impacto na comunidade, precisamente por atingirem essas instituições prestigiosas. Além disso, com a adoção desses instrumentos, programas vinculados a instituições mais novas – que, talvez, não tenham recebido muita atenção no passado – puderam ser avaliados com maior precisão e sobressair.

Em seguida, descreveremos como buscamos, durante nossa gestão, implementar critérios mais objetivos de avaliação que garantissem equanimidade e transparência. O próprio crescimento da área de História – que igualmente fomentamos – impunha tal coisa.

7 - Depoimento enviado por solicitação do coordenador da área, por e-mail, em março de 2017, a fim de reunir as experiências dos antigos coordenadores/representantes.

8 - Ver resposta de Carlos Fico (2011).

Os parâmetros tradicionais de comparação

Além da necessidade, por assim dizer “interna”, de instrumentos de avaliação mais refinados, o crescimento de programas em todas as áreas da Capes e a necessidade de assegurar maior justiça na distribuição dos recursos fez com que o SNPG, guardadas as especificidades de cada área do conhecimento, tivesse de utilizar instrumentos que permitissem alguma comparabilidade entre as áreas. Esse esforço de comparação se iniciou no período em que Raquel Glezer esteve à frente da coordenação da área de História e durante o qual foi feito o remanejamento que subsiste até hoje de três grandes “colégios” (Ciências da Vida; Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar; Humanidades), cada um subdividido em “grandes áreas” (no nosso caso, “Humanas”; “Sociais e Aplicadas”; “Letras, Linguísticas e Artes”) e “áreas”:

A finalidade do remanejamento foi o desenvolvimento de uma linguagem comum no CTC-ES, a definição dos princípios gerais dos Qualis e avaliação com critérios congruentes [...] A proposta geral era de discutir e reformular os critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação, inserindo no programa de coleta de dados os itens necessários para a descrição/compreensão das diversas atividades dos programas.⁹

Nesse sentido, o crescimento quantitativo dos programas de todas as áreas e dos programas da área de História, em particular, tornou necessária a adoção de parâmetros de avaliação compartilháveis, ainda que não semelhantes – isto é, que fossem objetivos e compreendidos por todos.

Assim, em um primeiro momento, recuperamos e consolidamos todos os indicadores que já eram utilizados pela área de História nas gestões anteriores e que também eram usados pelas demais áreas: número de titulados, tempo de titulação, proporção entre docentes permanentes e colaboradores, quantidade de orientandos por orientador, capacidade de obtenção de financiamentos e assim por diante.

9 - Depoimento enviado por solicitação do coordenador da área, por e-mail, em maio de 2017, a fim de reunir as experiências dos antigos coordenadores/representantes.

Em nossa gestão, pela primeira vez, esses dados foram fornecidos em planilha Excel (outro era eram disponibilizados apenas em arquivos PDF, o que dificultava a promoção de correções e a elaboração de cálculos). Com isso, foi possível expurgá-los de eventuais erros, tornando-os mais precisos, bem como detectar problemas como tendências endógenas, ausência de renovação do corpo docente, capacidade ociosa de titulação e outros. Cada um desses números, se vistos isoladamente, nos fornece evidentemente uma visão fragmentada, mas, articulados entre si, nos informam sobre como o grupo de docentes se organiza para as atividades de ensino, formação de quadros e produção de conhecimento. Portanto, a consideração desses números nunca significou abandonar a avaliação holística dos programas de pós-graduação. Essa avaliação mais geral – resultado da leitura da proposta do programa e das diversas visitas realizadas durante a nossa gestão – passou a ser corroborada pela objetivação evidenciada por esses números, tal como já vinha sendo feito. Nesse particular conjunto de fatores, o que fizemos foi aprimorar os indicadores, orientar os coordenadores quanto à redação da proposta de programa e, sobretudo, fazer um intenso plano de visitas a praticamente todos os programas de História do país, realizado pelos próprios coordenadores da área – o que possibilitou que a coordenação tivesse, sem intermediação, uma percepção clara das dificuldades, potencialidades e realizações de cada um.

Tais aspectos, entretanto, não davam conta da avaliação da produção intelectual, nossa lacuna flagrante e que tanto nos prejudicava. Precisávamos enfrentar, sobretudo, a avaliação dos itens que a comunidade nacional de historiadores considerava mais importantes – os livros.

Consolidação da avaliação de livros

A avaliação de livros foi uma grande conquista da área de História que, como vimos, decorreu de um longo processo liderado pelo Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História e pela atuação dos antigos coordenadores

da área de História junto à Capes, ademais da atuação da Anpuh, sem descurar do significativo papel que outras áreas, como a de Educação, também tiveram. A primeira avaliação efetiva se deu no último ano da gestão de Raquel Glezer, em 2009. Os livros foram enviados para São Paulo, classificados em um banco de dados do aplicativo Access e avaliados, em etapas, por comissões de historiadores. Os critérios de avaliação eram próximos aos atuais, com a valorização dos livros resultantes de pesquisa original ou das coletâneas com temática definida, heterogeneidade institucional etc. Entretanto, aquela primeira experiência, como não poderia deixar de ser, foi, na verdade, um ensaio: ainda não havia uma sistemática completa de avaliação, a comunidade não estava habituada com a logística do envio dos livros e os procedimentos de validação e recursos eram inexistentes.

Desde então, os critérios de avaliação vêm sendo discutidos pela comunidade e os procedimentos, como um todo, aprimorados pela coordenação. Durante nossa gestão, podemos afirmar, sem nenhuma dúvida, a avaliação de livros se consolidou e se tornou bem aceita pela comunidade.

Os indicadores de qualidade são fornecidos pelos seguintes parâmetros: a principal produção da área é a de natureza autoral que apresenta resultados originais decorrentes de pesquisa histórica. São valorizadas as obras que receberam prêmios, publicadas por editoras reconhecidas, as reedições, a avaliação por pares (teses e dissertações), os livros que tenham passado por análise de pares para a obtenção de recursos, entre outros aspectos. No caso das coletâneas, são bem consideradas as que abrangem historiadores de instituições variadas, com temática precisamente delimitada, evitando o caráter endógeno e a inconsistência temática.

No triênio 2010-2012, consolidamos a avaliação de livros por meio do envio anual de toda a produção, a verificação e a certificação do recebimento e a avaliação anual, presencial e qualitativa de todos os produtos encaminhados à coordenação. Os livros eram organizados por programa e registrados em um

aplicativo fornecido pela Capes. A avaliação presencial e anual foi realizada no Rio de Janeiro, nas dependências da UFRJ, e seguiu as diretrizes definidas pela área de História para a qualificação dessa produção, mantendo os conceitos definidos pela Capes (L4, L3, L2, L1 com valores respectivos de 100, 75, 50 e 25 pontos). A coordenação da área definiu um número aproximado de oito consultores, mantendo preferencialmente o grupo de um ano para outro, com algumas mudanças em função das agendas, para conseguir uma certa uniformidade no processo avaliativo dentro do mesmo triênio.

Reunida a comissão e com base nos critérios definidos pela comunidade no Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História, os consultores foram distribuídos em duplas que faziam avaliação do produto (livro, coletânea e capítulo). Os consultores assim distribuídos examinavam o produto a partir da apreciação de alguns dados básicos, a saber: a presença de ficha catalográfica com ISBN e verificação da data; a leitura do sumário, do prefácio, da apresentação, das “orelhas” e informações sobre os autores (filiação institucional, titulação, área de especialidade). Verificava-se, na sequência, a dimensão dos capítulos, no caso das coletâneas (a dimensão de um capítulo em uma coletânea de altos estratos deve ser equivalente a de um artigo em periódico bem qualificado) e a análise das referências, notas de rodapé e bibliografia. Os conceitos eram emitidos após essas apreciações e depois de respondidas as perguntas (no caso de livros autorais): é resultado de tese ou dissertação? É resultado de pesquisa histórica com fontes? Teve avaliação de pares? Conquistou algum prêmio ou financiamento de agência de fomento? No caso de coletâneas, perguntava-se: tem heterogeneidade institucional? Os autores são todos titulados? Tem temática definida? Os capítulos têm referências, notas e bibliografia? É resultado de grupo de pesquisa que se dedica à temática com regularidade?

Pareceres divergentes recebiam uma terceira avaliação. Naquela primeira experiência completa, ainda mantínhamos o exame da avaliação dos livros, coletâneas e capítulos por

programa, temendo a dispersão do material, que sempre girou em cerca de oitocentos produtos por ano.

No quadriênio 2013-2016, aperfeiçoamos e consolidamos a avaliação de livros na nossa área. Adotamos, de acordo com a indicação do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História, 250 pontos para livros L4. Ao mesmo tempo, introduzimos uma outra classificação para a publicação de dissertações de mestrado (L4+) com valor de 100 pontos (também de acordo com sugestão do Fórum). A mesma classificação L4+, com a mesma pontuação, também passou a ser aplicada às coletâneas consideradas excepcionais. Para eleger essas últimas, o grupo de avaliadores reexaminava as coletâneas L3 e procurava encontrar entre elas, por consenso, aquelas que mereciam destaque especial.

No quadriênio 2013-2016, os livros foram inseridos na Plataforma Sucupira pelos coordenadores dos programas, o que foi um grande ganho em termos operacionais, na medida em que trouxe maior consistência ao registro da informação, outrora feito pela coordenação da área. Por isso, pudemos prescindir do aplicativo usado na Avaliação Trienal 2013 e, pela primeira vez, a Capes admitia incorporar integralmente ao processo de avaliação a consideração dos livros integrando-os na Plataforma Sucupira. Os livros foram enviados para avaliação pelos coordenadores e mantivemos e aprimoramos a checagem e comunicação com os programas para garantir que todos os livros, coletâneas e capítulos chegassem à coordenação e fossem avaliados. Assim, frequentemente, a Plataforma Sucupira foi sendo paulatinamente “limpa”, conforme a coordenação da área enviava aos coordenadores de programas uma série de informações antes de proceder à avaliação. Por exemplo, o livro era enviado fisicamente, mas não estava registrado na Plataforma Sucupira (a Capes havia determinado que apenas os livros nela registrados seriam avaliados); o contrário também foi comum: livros registrados, mas não enviados; ou um livro autoral registrado como coletânea, e assim por diante. Essa sistemática de

correção detalhada, antes de se iniciar a avaliação, feita a partir da checagem do registro da informação na Sucupira e diante do material fisicamente enviado à coordenação da área, foi, seguramente, um dos maiores avanços do processo, na medida em que conferiu grande confiabilidade e consistência à avaliação: todos os programas tiveram oportunidade de corrigir eventuais erros antes da avaliação anual dos livros já que recebiam planilhas com observações, item por item, sobre cada caso. Além disso, como já dissemos, após a atribuição das notas, havia a possibilidade de interposição de recurso.¹⁰ O fato de que o número de pedidos de recursos sempre tenha sido baixo (oscilando entre 6 e 9% do total de itens avaliados) é indicador incontestável da ampla aceitação da sistemática de avaliação dos livros pela comunidade.

Nesses quatro anos, também modificamos a organização dos produtos recebidos: os livros não foram avaliados por programa, como no triênio 2010-2012. Eles foram divididos entre autorais e coletâneas por ordem alfabética de título. Assim, abandonando a lógica de avaliação por programa, pudemos reforçar a prevalência dos critérios qualitativos no exame de cada produto, sem a incidência do fator institucional de origem, ou seja, os avaliadores não sabiam, necessariamente, que tal livro provinha desse ou daquele programa, não obstante, frequentemente, isso seja óbvio. Do mesmo modo, também para ampliar a isenção do processo, aprimoramos a avaliação por duplas: no triênio 2010-2012, as duplas costumavam avaliar em conjunto, discutindo o livro em questão. No quadriênio 2013-2016, estabelecemos sistemática diferente: as duplas avaliavam o mesmo livro em separado. Um avaliador não sabia a nota que o segundo examinador atribuiu ou atribuiria ao mesmo livro. Quando da discussão por toda a comissão, a coincidência das notas era adotada e as discrepâncias passavam por debate por todos para uma decisão final. Persistindo o impasse, a coordenação da área decidia em última instância.

10 - Na avaliação dos livros de 2016, não foi possível manter a etapa dos recursos em função do calendário. O processamento dos livros de 2016 foi feito entre os dias 10 e 14 de abril de 2017. Sua avaliação aconteceu entre 17 e 20 de abril, apenas três meses antes da avaliação.

Segundo nossa avaliação mais geral, esse processo foi extremamente positivo e induziu a publicação de teses e dissertações. Sua manutenção permitirá que se visualize em série a produção dos pesquisadores em história em perspectiva, com apreciação de temas, cronologias, abordagens etc., contribuindo igualmente para análise e produção de conhecimento sobre a historiografia brasileira mais recente.

Critérios objetivos para avaliação de periódicos

O crescimento dos periódicos e a necessidade de avaliar um número muito expressivo a cada ano foram produzindo uma série de inconsistências, ao mesmo tempo em que os critérios adotados não permitiam a diferenciação dos periódicos. Por isso, a avaliação dos periódicos da área de História tornou-se outra preocupação de nossa gestão.

No triênio 2010-2012, uma comissão de docentes indicados pela coordenação da área responsabilizou-se pela aplicação dos critérios já existentes e produziu um documento com diagnóstico a ser considerado nas avaliações seguintes.¹¹ Entre os temas presentes nesse documento, estão a situação dos periódicos da área de História no Scielo, os indexadores e as bases de dados mais significativos para a área, a identificação de uma tendência de crescimento das revistas discentes e dos periódicos *on-line*, o surgimento de revistas especializadas e vinculadas a sociedades científicas ou a mais de um programa de pós-graduação, entre outros. Essa atualização do Qualis Periódicos da História apenas persistia no esforço, que já vinha sendo feito, de avaliar as revistas sem, entretanto, aprimorar os critérios e fazer uma ampla revisão das notas.

Por isso, em setembro de 2015, a coordenação da área convidou especialistas (editores e ex-editores de periódicos da área de História, avaliadores e ex-avaliadores de periódicos e colegas que já haviam participado da atualização do Qualis Periódicos) para debater os procedimentos até então adotados e elencar propostas para o aprimoramento da avaliação. Foram

11 - O documento se intitula "Comunicado 002/2012 - Área de História Atualização do WEBQUALIS da Área". Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Qualis_-_Historia.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

enfrentados os seguintes temas: boas práticas editoriais, dossiês, coautoria com discentes, utilização de parâmetros bibliométricos, eficiência na avaliação duplo-cego, inserção dos periódicos em bases de dados relevantes, dificuldades de financiamento, valorização de resenhas, periódicos discentes, entre outros. Além disso, o grupo elencou aspectos formais ou quantitativos e aspectos qualitativos que considerava como os mais importantes para a avaliação dos periódicos. A responsabilidade pela definição final e pela redação dos novos critérios ficou a cargo da coordenação da área.¹²

Entre os aspectos obrigatórios estão listados o número de artigos por ano, resumo em duas línguas, data de recebimento e de aceitação dos artigos, dados dos conselhos editorial e consultivo, afiliação institucional dos autores, explicitação de linha editorial, das normas de publicação, do sistema de avaliação por pares e a periodicidade regular. A avaliação de cada periódico corresponde à combinação dos critérios obrigatórios e dos critérios qualitativos.

Os aspectos qualitativos a serem considerados na avaliação dos periódicos são, entre outros, publicação de informações esclarecedoras sobre os autores; existência de linha editorial e escopo definidos com precisão e densidade intelectual; pontualidade e regularidade; estímulo à internacionalização; baixa incidência de artigos resultantes de dissertações e teses em coautoria com orientadores; ampla divulgação de futuros dossiês (cuja temática deve ser relevante, definida com densidade intelectual, com utilização do sistema de avaliação por pares e avaliação equânime de todos os originais submetidos); publicação de resenhas críticas que estimulem o debate acadêmico; ingresso em bases relevantes; obtenção de financiamento das agências de fomento à pesquisa; disponibilização do conteúdo e das informações pertinentes na internet. Finalmente, ficou decidido que os periódicos claramente vinculados a outras áreas devem ser avaliados com os critérios da área de História, mas evitando maiores discrepâncias com a área de referência, procurando aproximação com a avaliação já realizada.

12 - O documento que consolida as normas se intitula "Considerações sobre Qualis Periódicos - 2016". Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Qualis_periodicos_2016/Consideracoes_Qualis_Periodicos_Area_40_2016_08_08_HIST%C3%93RIA.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

No início de 2016, último ano do quadriênio, decidimos reavaliar todos os periódicos existentes na base da área de História à luz dos novos critérios para diminuir as inconsistências. Na medida em que o trabalho de avaliação era de grande fôlego, a coordenação da área convidou 33 pesquisadores altamente qualificados na área que ficaram com a incumbência de analisar detidamente lotes de dez periódicos por mês e entregar pareceres aos três coordenadores da área que, assim, passaram a supervisionar os trabalhos desses avaliadores. Desse modo, foram entregues lotes de 330 avaliações em 22 de janeiro, 19 de fevereiro e 18 de março; e de 297 avaliações em 22 de abril de 2016, totalizando os 1.287 periódicos existentes.

Na sequência, os coordenadores glosaram os pareceres buscando reparar incongruências e, nessa etapa, contamos com as informações fornecidas pela Capes relativas a parâmetros bibliométricos, bases de dados, duplicidades de nomes e incorreções de ISSN. Foi produzida, desse modo, uma planilha Excel que contém o parecer do avaliador e, frequentemente, o comentário do coordenador do grupo. Essa planilha foi divulgada à comunidade nacional de historiadores para conhecimento.

Em julho de 2016, a Capes forneceu a “planilha oficial” para a atualização do Qualis Periódicos, incluindo os periódicos mobilizados no ano de 2015 e que, portanto, ainda não tinham sido avaliados. Detectou-se que ainda seria necessário avaliar cerca de quatrocentas revistas – o que foi feito pelos três coordenadores e por Luís Reznik, convidado a participar da etapa final de chancela dos estratos em reunião presencial na Capes nos dias 31 de agosto e 1 e 2 de setembro de 2016.

O novo processo de avaliação dos periódicos da área de História apresenta uma série de características que convém destacar: no caso da atribuição dos estratos A1, A2 e B1, foi considerada a inserção em bases de dados relevantes, notadamente Web of Science, Scopus e Scielo; a existência de fatores de impacto foi considerada após a análise feita pelos avaliadores. Tais parâmetros foram utilizados para detectar discrepâncias flagrantes. Por exemplo, periódicos de outras

áreas com JCR ou SJR elevados e que eram desqualificados pela História tiveram seus estratos elevados. Do mesmo modo, os fatores de impacto foram utilizados, secundariamente, para a atribuição dos estratos mais elevados sempre que possível. O índice h do Google Scholar – graças a sua universalidade – permitiu o escalonamento de todos os periódicos, desse modo possibilitando visualizar disparidades que puderam ser corrigidas, ainda que a grande maioria dos periódicos da área tradicionalmente classificados com A1, A2 e B1 já atendesse a esse requisito. Desse modo, a adoção de tais critérios apenas confirmou, de maneira mais objetiva, um padrão de qualidade detectado anteriormente de outras formas. O critério de inserção em bases de dados foi utilizado para diferenciar os periódicos dos estratos B2, B3, B4 e B5, ou seja, mesmo não se qualificando para os estratos mais elevados, o ingresso em alguma dessas bases os diferenciam. No caso de periódicos claramente identificados com alguma outra área, buscou-se a aproximação com o estrato atribuído pela área de referência. O processo de avaliação buscou evitar quedas e subidas abruptas de mais de um estrato, mas a identificação de inúmeras e evidentes assimetrias impôs a flexibilização dessa diretriz em algumas situações.

Todo esse movimento de avaliação, que envolveu dezenas de colegas, permitiu que chegássemos a um resultado satisfatório, com critérios mais objetivos e verificáveis, mas constatou-se igualmente que é indispensável que se faça uma revisão geral do Qualis Periódicos antes de cada avaliação periódica da Capes e que, anualmente, se faça um esforço para atribuir notas aos novos periódicos mobilizados pela área a partir dos critérios já elencados.

Em suma, diante da existência de 49 áreas distintas e devido ao crescimento expressivo da nossa área de História, tivemos de desenvolver estratégias de avaliação que permitissem a comparabilidade de nossas atividades (ensino, pesquisa e produção intelectual) com as demais áreas do conhecimento e que, ao mesmo tempo, pudessem afirmar nossas especificidades, como é o caso da avaliação de livros. Fizemos isso discutindo, elencando e aplicando critérios bem

delineados e verificáveis, envolvendo dezenas de colegas no processo de discussão, definição e aplicação desses critérios, dando conhecimento à comunidade de historiadores de cada passo do processo avaliativo, de forma a torná-lo o mais transparente possível, permitindo questionamentos por meio do instituto dos recursos (que também foi adotado para o Qualis Periódicos).¹³ O resultado, nos parece, foi o estímulo à produção mais qualificada da área de História, o profissionalismo no processo de avaliação e a conquista de grande respeitabilidade para a História diante das demais áreas e da própria Capes.

Impasses da produção e perspectivas da avaliação

O propósito da avaliação da pós-graduação é fazer um diagnóstico qualificado que permita aprimorar o próprio objetivo duplo da pós-graduação, isto é, a formação de mestres e doutores de alto nível e a produção de conhecimento relevante para a sociedade. Evidentemente, a pós-graduação tem como meta precípua a formação desses profissionais, mas, no Brasil, por uma série de razões que não vem ao caso discutirmos no presente artigo, o SNPG se tornou, também, o principal lugar da produção de conhecimento científico. Desse modo, em paralelo com a verificação do perfil dos egressos, devemos ter instrumentos adequados que nos permitam qualificar a produção historiográfica brasileira, bem como apontar caminhos para seu constante aperfeiçoamento. Isso se torna ainda mais premente na medida em que boa parte do SNPG é público ou financiado com recursos públicos, de modo que as demandas por conhecimento e por inserção social dos programas de pós-graduação se tornam ética e politicamente preponderantes.

Durante nossa gestão, a significativa expansão da área de História e a adoção de parâmetros objetivos de avaliação permitiram a elaboração de diagnósticos bastante precisos que podem ensejar, eventualmente, a implementação de estratégias, tendo em vista a qualificação continuada da produção intelectual, distinta, naturalmente, do simples aumento quantitativo de tal produção.

13 - Os editores de revistas, ou outros interessados, enviavam à coordenação da área seus argumentos em favor da melhor classificação do periódico. Esses arrazoados eram levados à comissão de atualização do Qualis Periódicos e, com essa sistemática, muitos erros foram corrigidos.

Neste tópico, apontaremos apenas aspectos críticos, problemas que merecem a reflexão da comunidade. Isso, obviamente, não significa que não haja inumeráveis avanços e destacadas qualidades na comunidade brasileira de historiadores, em sua notável produção acadêmica e na elevada capacidade de formação dos programas de pós-graduação em História. Visando ao aprimoramento de tudo isso, parece-nos evidente, entretanto, a necessidade de superar alguns impasses.

Um aspecto que salta aos olhos é a grande quantidade de artigos acadêmicos publicados pela comunidade. Considerando-se o período da Avaliação Quadrienal 2017 (2013 a 2016), temos que os professores permanentes de todos os programas de pós-graduação brasileiros publicaram cerca de 4.779 artigos. Na medida em que todos os programas de pós-graduação em História brasileiros, nos quais atuavam os professores permanentes que publicaram esses artigos, contavam com aproximadamente 1.368 professores permanentes, podemos calcular o dado estatístico “artigos/docentes = 3,49” (nos quatro anos).

É uma média razoavelmente elevada. Qual seria o impacto historiográfico dessa grande produção de artigos? Podemos tentar verificar sua qualidade por meio do instrumento que construímos, o Qualis Periódicos: surpreendentemente, mais de 35% do total de artigos divulgados entre 2013 e 2016 foram publicados em periódicos de alto nível, isto é, em revista A1, A2 e B1. Isso equivale a 1.714 artigos que, em tese, deveriam ter grande significação acadêmica, vale dizer, historiográfica. Supõe-se, afinal, que as revistas A1, A2 e B1 publiquem apenas artigos de expressiva significação.

Uma maneira de considerar a qualidade dessa grande produção consistiria em buscar o impacto individualizado de tais artigos, mas os instrumentos de que dispomos para medir a repercussão de *papers* específicos, sobretudo publicados há pouco tempo, são frágeis. Temos, entretanto, alguns caminhos alternativos de diagnóstico. Um deles consiste em verificar se tais artigos são citados nas teses de doutorado que, por definição, devem dar conta de dialogar com a produção de

conhecimento correlato já existente. Na impossibilidade de fazer levantamentos totais e rigorosos, fizemos levantamentos aproximativos considerando teses de doutorado sobre temas recorrentes na historiografia brasileira. Verificamos que artigos de autores brasileiros, inquestionáveis referências em seus campos, publicados em 2013, não são citados em teses defendidas em 2016. Assim, teses sobre dado tema, defendidas em 2016, não mencionam artigos de especialistas no tema publicados em periódicos (A1, A2 ou B1) em 2013. Trata-se de intervalo temporal razoável: o autor da tese pôde saber do artigo, mas não o citou. Pode-se questionar o fato de que esse levantamento é parcial e precário: de fato ele o é. Entretanto, os professores que têm maior experiência no exame de teses de doutorado não necessitam fazer um levantamento exaustivo para saber que elas citam poucos artigos. Trata-se de tradição da área: as teses de doutorado recorrem aos livros e citam pouco os artigos de periódicos acadêmicos.

Seria preciso, portanto, refletir com maior cautela sobre o papel desempenhado por tais artigos, sobretudo tendo em vista que a comunidade os considera de alto nível de excelência (se considerarmos o Qualis Periódicos). Estariam eles sendo discutidos nos livros que são publicados? Isso também não parece acontecer, do mesmo modo em que não parece haver debate sobre os mesmos nos próprios periódicos – não obstante essas duas hipóteses mereçam confirmação empírica. Mas há outros indicadores que sustentam a impressão de alguma anomalia.

Um deles é o fato de que as disciplinas obrigatórias dos programas de pós-graduação de excelência – considerados os programas que obtiveram as notas 6 e 7 na Avaliação Trienal 2013 – não indicam, em sua bibliografia, quantidade expressiva de artigos, privilegiando livros, a maioria em língua portuguesa, publicados nos anos 1990. De fato, do total de 182 referências bibliográficas encontradas nos programas dessas disciplinas, 159 são livros e apenas 23 são artigos em periódicos. Os livros em língua estrangeira são 34. Os artigos

em língua estrangeira são sete (boa parte disso em espanhol). A maioria das referências bibliográficas data da década de 1990, vindo depois os anos 2000 e depois os anos 1980.

Outro indicador é o grande número de periódicos brasileiros de História. Prevalece a estratégia institucional de se criar a “revista do programa de pós-graduação”, muito embora o diagnóstico sobre a existência de um número excessivo de periódicos esteja consolidado, inclusive no Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História que, em diversas circunstâncias, identificou o problema e fez recomendações para resolvê-lo. Novas revistas têm sido criadas, apesar desse diagnóstico. Poucas têm perfil especializado ou temático, que poderia talvez justificar sua criação, já que a maioria é generalista e adota a prática editorial dos dossiês – que não favorece a análise isenta. Costuma-se insinuar que, no passado, a Capes teria estimulado a criação de periódicos pelos programas. Por mais que tal diretriz seja negada, o número de periódicos continua crescendo.

Há expressiva concentração da publicação de artigos em número proporcionalmente pequeno de revistas: os quase 5 mil artigos mencionados foram publicados em aproximadamente 1.400 revistas (nacionais e estrangeiras). Entretanto, apenas 2% dessas revistas concentraram cerca de 30% de toda a produção. A concentração em si não é ruim, mas alguns desses periódicos publicam muitos artigos, frequentemente avaliados em tempo brevíssimo – o que dificulta a efetivação do processo de *peer review*, especialmente o retorno do original ao autor para revisão.

Em resumo, a área de História publica grande quantidade de artigos bem classificados que, entretanto, não parecem ter maior impacto historiográfico. Ademais, o número muito elevado de periódicos parece cumprir a função de “publicar por publicar”.

Poder-se-ia alegar que, na História, o artigo tem função distinta daquela que possui em outras áreas, seu estatuto seria diferente, não se caracterizando por apresentar resultados de pesquisa para divulgação imediata à comunidade científica

– como ocorre em geral. É comum que sejam publicados desdobramentos de teses de doutorado e dissertações de mestrado, discrepando da demanda por originalidade. Seja como for, se os periódicos da área pretendem ter outra configuração, seria preciso indicar isso nos respectivos escopos editoriais os quais, na verdade, se mantêm conforme a definição tradicional.

Problemas assemelhados também puderam ser detectados a partir da avaliação dos livros. Entre 2013 e 2016, foram publicados 5.774 itens referentes a livros (livros como um todo, designados como “autorais”, organizações de coletâneas e capítulos em coletâneas). Quase 70% dessa produção foi classificada nos estratos mais baixos (L1 e L2). Apenas 282 livros receberam o conceito mais elevado (L4), que contempla teses de doutorado publicadas e os livros resultantes de pesquisa original. Do mesmo modo, somente 129 livros receberam o conceito L4+, que abrange as dissertações de mestrado e as coletâneas que se destacam por sua excelência. Boa parte dos itens classificados com L1 e L2 é composta por coletâneas.

Há, portanto, grande investimento da área na publicação de coletâneas que, entretanto, não são bem avaliadas. Eventos acadêmicos são frequentemente utilizados como forma de reunir textos, não necessariamente densos, que, posteriormente, são reunidos em coletâneas. Não há, evidentemente, preconceito contra eventos acadêmicos e a decorrente publicação dos textos apresentados; ao contrário: algumas das coletâneas contempladas com o conceito L4+ se originaram, justamente, em eventos. Entretanto, tais coletâneas bem avaliadas obedeceram aos critérios definidos pela área e universalmente reconhecidos em termos editoriais: foram concebidas em torno de temática bem definida, com pluralidade de enfoques, inclusive com variedade institucional e organizadas por liderança(s) intelectual(ais) reconhecida(s). Esses critérios não são observados pela maior parte das coletâneas publicadas e isso, obviamente, é detectado pelas comissões avaliadoras dos livros.

Por outro lado, tendo em vista que a área considera os livros como sua produção típica, e na medida em que, entre 2013 e

2016, os 1.368 professores permanentes publicaram 1.856 itens classificados com os conceitos L3, L4+ e L4, verifica-se que a média de publicação efetivamente considerada de excelência por professor, no quadriênio, foi baixa (1,3), não sendo considerados os artigos, portanto. Evidentemente, tal média cairia muitíssimo, se considerássemos apenas os livros autorais (0,2), item visto como a mais nobre produção científica do historiador.

É certo que esses problemas inerentes à produção científica dos professores permanentes dos programas de pós-graduação afetam diretamente a formação dos mestres e doutores – nossa tarefa precípua. Nesse particular, é preciso reconhecer que algumas áreas da Capes têm responsabilidade – e vale destacar que as áreas de Humanas sempre lutaram contra a supervalorização de políticas quantitativistas, especialmente contra a “ilusão objetivista” segundo a qual certas métricas, qualificadoras sobretudo dos artigos, seriam capazes de dar conta da avaliação. Foi grande a luta das Humanas contra tal visão. Mas esse não é mais o problema, pois, até recentemente, prevaleceu na Capes o entendimento de respeito à “cultura das áreas”, isto é, a avaliação deve ser feita observando-se os critérios estabelecidos pela própria área. Esperamos que tal entendimento persista.

Seja como for, o que dizíamos é que os problemas da produção científica do corpo permanente afetam o desempenho do corpo discente. As circunstâncias anômalas que caracterizam a produção docente de artigos provavelmente explicam o fato de que as teses de doutorado os citam tão pouco. Ora, entendemos que a tese de doutorado deve, necessariamente, dialogar com a literatura científica internacional e está claro que o caminho mais adequado e até mesmo mais simples para isso é a utilização dos artigos. A área de História usa pouco o Portal de Periódicos da Capes, que é mantido com grande sacrifício orçamentário pela agência. Referimo-nos, portanto, não só aos artigos nacionais, mas também à produção estrangeira: esse seria um caminho necessário de qualificação das teses de doutorado. Um efetivo indicador

da sempre almejada internacionalização é, via de regra, a internacionalização das teses de doutorado.

Durante nossa gestão, buscamos dar grande protagonismo à área de História para fazer, justamente, prevalecer o entendimento de que a avaliação da pós-graduação não deve se pautar pela já mencionada “ilusão objetivista”, isto é, a ideia de que a atribuição das notas aos programas deve obedecer a uma escala rígida de “pontos” obtidos nesse ou naquele quesito, especialmente na produção intelectual aferida por meio dos artigos publicados em periódicos avaliados com base no fator de impacto. Em nossos anos de atuação no CTC-ES, presenciamos situações em outras áreas que, por exemplo, avaliaram como muito bom todos os quesitos da ficha de avaliação de um dado programa e quase todos os itens, menos um, digamos, o item 2.2, que considera a dedicação dos docentes às atividades do programa. E isso com base em escalas de pontuação estabelecidas em décimos ou centésimos. O fato é que essas áreas recusavam atribuir nota mais elevada a esses programas por causa desses centésimos, mesmo que todos – inclusive o próprio coordenador da área em pauta – reconhecessem a elevada qualidade do programa. A isso chamamos de “ilusão objetivista”.

O protagonismo que buscamos por meio de nossa presença no CTC-ES, ao longo dos sete anos, nos quatro últimos, o coordenador foi membro titular, e a crítica que fazíamos à “ilusão objetivista” não decorria de uma rejeição simplista de critérios quantitativos. Seu uso por algumas áreas, entretanto, sempre nos pareceu rígido demais, como nesse caso de pontos de corte que estabelecem a atribuição dessa ou daquela nota aos programas. Até porque, no caso da avaliação da produção intelectual, antes da implantação da Plataforma Sucupira, o registro dos artigos não permitia a eliminação de inúmeros erros – o que somente foi possível na Avaliação Quadrienal 2017. Portanto, o problema não estava na adoção do fator de impacto, mas em seu uso por vezes inflexível e numa base de dados muito “impura”.¹⁴

Note-se que esse uso rigoroso dos pontos de corte e a crença algo cega no Qualis Periódicos nunca foi adotada pela área de História (nem em nossa gestão, nem nas anteriores). Ela aqui é mencionada para se destacar o fato de que, no CTC-ES, a crítica à “ilusão objetivista”, feita pela coordenação da área de História, permitiu – queremos crer – alguns avanços em termos gerais.

Parece-nos que um deles resultou no modelo de avaliação dos mestrados profissionais em rede nacional, os chamados “Profs”, entre os quais o ProfHistória se destaca como um dos mais bem-sucedidos. De fato, como não havia um modelo de avaliação para tais redes, foi necessário criá-lo. No CTC-ES, com a participação da área de História, aprovamos modelo que valoriza a avaliação dos egressos, o produto final e a autoavaliação.

Foi também no CTC-ES que a coordenação da área de História consolidou quarenta respostas de coordenadores de áreas, das quarenta e nove áreas consultadas, tendo em vista a elaboração de documento de sugestões, o qual foi afinal encaminhado à Comissão Especial que acompanha a implantação do Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011-2020.¹⁵ Nesse documento, adotou-se, em termos gerais, a proposta da coordenação da área de História de se dar maior proeminência à avaliação de mérito no lugar do manejo de normas, indicadores e métricas. Isso seria obtido por meio de duas etapas de avaliação, sendo a primeira não presencial, feita por consultores que teriam acesso a dados já bastante elaborados pela Diretoria de Avaliação da Capes. Numa segunda etapa, a tradicional comissão de avaliação se reuniria e trabalharia a partir dos pareceres dos primeiros consultores, referendando-os ou não. O abandono da atual ficha de avaliação em favor da emissão de pareceres consolidados tem o propósito de estabelecer um diálogo com a comunidade, baseado justamente na avaliação de mérito, e não na discussão de métricas e de indicadores. Ao lado disso, propôs-se a valorização dos melhores produtos, a avaliação dos egressos e a adoção da autoavaliação (o que seria, por certo, etapa

14 - Com a adoção da Plataforma Sucupira foi possível verificar inconsistências de preenchimento, repetições, erros de ISSN, duplicidades e outros erros que, no passado, contaminavam a base de dados de artigos. Tais correções foram feitas por todas as áreas antes da Avaliação Quadrienal 2017.

15 - A Comissão do PNPG solicitou ao CTC-ES essa colaboração. O CTC-ES pediu aos coordenadores que respondessem a um questionário. O conselho solicitou à área de História que consolidasse o material.

da escolha dos melhores produtos). Essas propostas, adotadas pelo CTC-ES em 2017, serão estudadas pela comissão do PNPG. Caberá à própria Capes, em algum momento, definir como será a Avaliação Quadrienal 2021.

A ideia de se avaliar a melhor produção indicada pelo próprio programa tem como objetivo coibir o chamado “produtivismo”. Essa tendência mundial de se publicar cada vez mais é muito difícil de ser superada, até porque muitos *rankings* internacionais articulam empresas multinacionais aferidoras de fator de impacto com listas de melhores universidades, financiamentos públicos etc. Isso afeta especialmente as Ciências da Vida, as Exatas e Tecnológicas. Devemos, portanto, buscar regras de avaliação e de fomento isentas, de modo que possamos persistir nos afastando do produtivismo. Daí a importância de mantermos o protagonismo da área.

Do mesmo modo, é muito importante que a História continue afirmando sua aposta na qualidade, aprimorando os critérios de avaliação das teses de doutorado, repensando o estatuto dos artigos acadêmicos e a oportunidade para a publicação de coletâneas. As teses, por exemplo, além da necessidade de diálogo internacional já mencionada, poderiam ser avaliadas somente por examinadores externos, sem a participação do orientador na banca; a avaliação dos periódicos deve continuar rigorosa e, paulatinamente, tornar-se ainda mais exigente, pois não é cabível que uma revista A1, A2 ou B1 não alcance maior impacto ou indexação; por fim, a criação, pela Associação Nacional de História (Anpuh), de um adequado repositório permitiria a divulgação de muitas coletâneas – talvez sem a necessidade de sua publicação sob a forma de livro – com mais eficácia (já que muitas coletâneas são precariamente distribuídas, sobretudo as que são pagas pelos programas ou pelos próprios autores e/ou publicadas em CDs).

Experiência dos mestrados profissionais

Se é impossível negar que nos últimos quinze anos ocorreu uma significativa expansão do SNPG, certamente, no período, a grande novidade foi a modalidade de curso profissional. O desenho dos mestrados profissionais que temos hoje foi criado somente na década de 1990, apesar de o termo *profissional* ser usado como possível modalidade de curso desde o parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, mais conhecido como “Parecer Sucupira”. A Capes, por meio de duas portarias, a de nº 47, de 17 de outubro de 1995, e a de nº 80, de 16 de dezembro de 1998, definiu normas para recomendar, acompanhar e avaliar os mestrados profissionais com o objetivo de regular os cursos já existentes e promover novos. Entre 1993 e 1999, foram criados os primeiros 21 mestrados profissionais no Brasil, distribuídos nas seguintes áreas de avaliação definidas hoje pela Capes: 1) Odontologia; 2) Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; 3) Economia; 4) Engenharias III e IV; 5) Ciências Ambientais; e 6) Interdisciplinar.

Atualmente, após 25 anos de criação dos primeiros cursos, 769 dos 4.338 programas de pós-graduação existentes no Brasil são profissionais, o que equivale a 18% do total.¹⁶ Desse número, apenas na década de 2010, foram criados 591 mestrados profissionais, ou 76,9%. Logo, um pouco mais de $\frac{3}{4}$ dos cursos profissionais existentes foram constituídos na década que está para se encerrar.

Das 49 áreas de avaliação da Capes existentes hoje, apenas Serviço Social não possui curso de mestrado profissional. A relação programas acadêmicos/profissionais por áreas de avaliação é muito diferenciada: dezoito áreas possuem de 3 a 10% de mestrados profissionais, 16 áreas de 11 a 20%, doze áreas de 21 a 30% e três áreas têm mais de 30%.¹⁷

A grande área das Ciências Humanas, que pertence ao colégio de Humanidades, inicialmente, teve resistência à

16 - Informações retiradas da página da Capes em agosto de 2018.

17 - As áreas com mais de 30% de cursos de mestrado profissional são: Ensino, 52%; Saúde Coletiva, 44%; Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, 39%.

constituição de cursos de mestrado profissional. À exceção de três cursos, todos os demais foram criados a partir de 2010 (85 mestrados profissionais, ou 97%). Cinco das nove áreas de avaliação que compõem a grande área de Humanas têm apenas de um a três mestrados profissionais (Antropologia/Arqueologia; Ciências da Religião e Teologia; Filosofia; Geografia; Sociologia). Uma das discussões, nos anos 2000, era o quanto o mestrado profissional, à época, por vezes, denominado de profissionalizante, não poderia ser entendido como menor em comparação ao mestrado acadêmico. Apesar de essa crítica ter sido superada, percebe-se que nas Ciências Humanas muitas áreas de avaliação ainda não investem de forma significativa nessa modalidade de curso.

Estabelecer marcos, construir uma cronologia da década que se encerra, pode auxiliar na sustentação do argumento de serem os mestrados profissionais a grande novidade do SNPG. O crescimento significativo desses cursos tornou as demandas em torno dessa modalidade mais complexas, tanto quanto seu processo de avaliação. Isso pode ser percebido por algumas marcações. Em 2009, por meio de duas portarias normativas, a Capes dispôs sobre os mestrados profissionais.¹⁸ Em 2011, a agência regulamentou o Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB).¹⁹ O PROFMAT - Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional foi, em 2011, o primeiro curso em rede, induzido pela Capes, voltado para a formação continuada de professores que atuam na educação básica. Em 2013, com o objetivo de auxiliar o trabalho dos coordenadores de área, a Capes criou a função de "coordenador adjunto de mestrado profissional". Na Avaliação Quadrienal 2017, foram criadas comissões específicas para avaliar os mestrados profissionais, com um calendário diferente do momento de avaliação dos programas acadêmicos. Esse esforço foi no intuito de respeitar as especificidades dos processos de avaliação estabelecidos para os programas acadêmicos e os profissionais. Em 2017, a Capes fez nova portaria dispondo sobre o mestrado e o doutorado profissionais.²⁰ Em apenas oito anos, de 2009 a 2017, além de

18 - Portaria normativa nº 7, de 22 de junho de 2009, e Portaria normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009.

19 - Portaria nº 209, de 21 de outubro de 2011.

20 - Portaria nº 131, de 28 de junho de 2017.

concluir que houve uma profusão de normativas emitidas pela Capes, percebem-se, claramente com a cronologia, os avanços ocorridos nos agora intitulados programas, e não apenas mestrados, profissionais, já que se autorizou a possibilidade de apresentação de propostas de curso de doutorado e o cargo anteriormente mencionado passou a ser chamado de “coordenador adjunto de programas profissionais”.

Na área de História, dez dos 72 programas de pós-graduação existentes hoje são cursos de mestrado profissional, nove isolados e um em rede nacional, o que totaliza 14%. Na grande área das Ciências Humanas, apenas Educação (46 cursos), Ciência Política e Relações Internacionais (onze cursos) e História (dez cursos) possuem dez ou mais mestrados profissionais. O mestrado em História, Política e Bens Culturais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), criado em 2003, foi pioneiro tanto na área de História, como na grande área das Ciências Humanas, ficando solitário na área de História por quase dez anos, como já assinalamos. Somente em 2012 um novo curso foi aprovado pela área, o mestrado profissional da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Logo, a modalidade é tão recente na área de História que 90% dos cursos existentes foram aprovados e entraram em funcionamento há menos de seis anos. A resistência sofrida pelo curso da FGV, no momento de sua proposição, certamente foi superada na área de História. Isso se deve, em grande parte, ao incentivo dado por nossa gestão à criação de programas profissionais. Houve, nos últimos anos, a apresentação crescente de propostas formuladas por grupos de pesquisadores de diversas instituições brasileiras. Isso vai ao encontro da expansão existente em outras áreas de avaliação da Capes.

Sete dos dez cursos de mestrado profissionais existentes na área de História possuem interesse de pesquisa no campo do ensino de História. Dois desses programas, com foco bem específico, o da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), em História Ibérica, e o da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Os cinco restantes, quatro cursos isolados e um

em rede nacional, apresentam interesses em diversas áreas da pesquisa sobre o ensino de História (Universidade Estadual do Maranhão, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Universidade Federal do Rio Grande e o ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede).

Além do ensino de História, temos dois cursos dedicados a questões do patrimônio, o da FGV e o da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e um curso ligado à reflexão sobre história local, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Quais são os pontos positivos e negativos em relação aos mestrados profissionais isolados da área de História?

A falta de bolsas de pesquisa e verba de custeio por parte da Capes é um dos pontos negativos que dificultam o funcionamento dos programas e criam uma situação de desvantagem em comparação aos programas acadêmicos, que possuem linhas de financiamento próprias na agência: Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), Programa de Demanda Social (DS), Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) e Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP). Mas é importante lembrar que os mestrados profissionais, à exceção dos em rede, induzidos pela Capes e voltados à formação continuada de professores que atuam na educação básica, foram sempre pensados nas portarias emitidas pela agência como cursos que deviam buscar autofinanciamento. Os três cursos oferecidos por instituições privadas são pagos pelos alunos (FGV, UCS e UNICAP).

Com o início do funcionamento do ProfHistória, em 2014, e a expansão de sua rede de instituições associadas, em 2016, os mestrados profissionais isolados, com foco similar a ele, passaram a ter alguma duplicidade de ação, tendo a desvantagem de não contar com financiamento de bolsas e custeio através do PROEB. Isso não significa dizer que não haja espaço para a existência de novos programas com foco no ensino de História fora da rede. Deve-se apenas considerar,

no momento de avaliação de novas propostas, o quanto de específico e, por consequência, diferente, elas possuem em relação ao que já existe na área.

Um dos pontos positivos é a busca de autofinanciamento por parte dos mestrados profissionais isolados, procurando alternativas ao pagamento feito pelo próprio aluno. Algumas fundações de apoio à pesquisa estaduais têm aberto financiamento de bolsa e custeio a programas profissionais, buscando suprir a ausência de recursos por parte da Capes, como, por exemplo, a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Apenas como mais um exemplo, o mestrado profissional da UFV fez um acordo com os órgãos dirigentes da universidade para conseguir recursos em troca da abertura de vagas extras para funcionários da instituição que tenham sido aprovados pelo processo seletivo comum a todos os candidatos.

O segundo ponto positivo, de cunho acadêmico, diz respeito ao ambiente de trocas de experiências e alto grau de solidariedade entre os cursos de mestrados profissionais existentes na área de História. Isso talvez se deva ao fato de todos terem passado pelo processo de implantação dos cursos em suas instituições nos últimos anos, à exceção do mestrado profissional da FGV. Desde 2014, os cursos promovem um encontro anual, que reúne os coordenadores e alguns alunos desses mestrados. Uma das discussões constantes, fruto da preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos, é a especificidade dos trabalhos finais em relação aos dos mestrados acadêmicos. Sempre se discutiu muito no que consiste o caráter prático do trabalho final em um curso profissional na área de História. Elaborar um produto de ensino-aprendizagem, por vezes, é um grande desafio, no caso dos cursos que se voltam para a reflexão sobre o ensino, que está sempre presente entre os docentes e discentes dos mestrados profissionais.

Como já dissemos, além dos mestrados profissionais isolados, existe o Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede – ProfHistória, que possui como instituição-âncora a

Universidade Federal do Rio de Janeiro e, após a sua expansão ocorrida em 2016, conta com 27 instituições associadas espalhadas por todas as regiões do país (oito do Sul, oito do Sudeste, três do Norte, cinco do Nordeste e três do Centro-Oeste).²¹ Atualmente, outras áreas responderam ao chamado feito pela Capes para a criação de mestrados profissionais em rede voltados para a formação continuada de professores que atuam na educação básica: Física, Letras, Artes, Sociologia, Biologia, Filosofia, Educação Física e Química. Após a reestruturação da Capes, com a incorporação da educação básica como uma de suas ações institucionais, que terminou por criar o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB), em 2007, os “Profs” constituem, sem dúvida, a forma mais conhecida da agência para colaborar com a melhoria da qualidade da educação básica brasileira, levando em consideração os anos de experiência acumulados em cursos de pós-graduação. Tais mestrados têm por objetivo alcançar escala, ou seja, atingir um número significativo de professores da educação básica que atuam, preferencialmente, nas redes públicas de ensino.

Uma das especificidades do ProfHistória, que o diferencia de alguns dos mestrados profissionais em rede de outras áreas, é não se constituir em um curso de atualização de conteúdos. Na verdade, o curso se organiza com o intuito de levar os professores de História que atuam nas escolas brasileiras a refletirem de forma significativa sobre as suas práticas, articulando Teoria da História e Ensino de História. Suas linhas de pesquisa são: Saberes históricos no espaço escolar; Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão; Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

O trabalho em rede, das 27 instituições envolvidas no ProfHistória, é uma novidade na área de História e, ao mesmo tempo, inspirador e desafiante. Um dos desafios é a seleção de um número tão amplo de alunos distribuídos em diferentes instituições. O ingresso dos alunos se dá por meio de um exame nacional composto por prova objetiva e prova discursiva. Tal exame tem sido muito elogiado, no formato e na qualidade das

21 - As instituições são: UFRJ, UFT, UFRN, Unirio, UFRRJ, PUC-Rio, UDESC, UFSC, UFRGS, UFSM, UFF, UERJ, UNEMAT, UFPE, UNEB, UFPA, UFPR, UFS, Unespar, Unicamp, Urca, UEPG, Unifesp, UFMT, UEMS, UEM e Unifap.

questões, que levam o candidato a refletir sobre um problema. Até o momento, foram realizados três processos seletivos: para a turma de 2014, antes da expansão da rede, ainda com 12 instituições associadas, foram 1.667 inscritos para 152 vagas; para a turma de 2016, após a expansão, foram 3.284 inscritos para 423 vagas; por fim, para a turma de 2018, foram 3.324 inscritos para 467 vagas. Somadas as três turmas, sem ter preenchido sempre o número total de vagas oferecidas, temos 1.009 alunos matriculados. No caso da primeira turma, já concluída, foram titulados 128 mestres.

Em breve, teremos, no mínimo, mais 350 trabalhos defendidos da segunda turma. Isso significa dizer que o campo de pesquisa em ensino de História será uma das principais especialidades em termos de volume de produção de trabalhos de mestrado da área. Do mesmo modo, significa o deslocamento da produção desse campo de pesquisa do âmbito dos programas de pós-graduação em Educação para os de História. Precisaremos, em futuro próximo, avaliar o impacto desses trabalhos no campo de pesquisa em ensino de História e na melhoria da educação básica brasileira.

Várias formas de interação entre alunos e professores foram sendo construídas ao longo do tempo para, de fato, constituir uma rede. No caso dos professores, há reuniões periódicas entre a coordenação nacional e os coordenadores locais do ProfHistória. Os docentes que ministram as disciplinas obrigatórias do curso nas instituições associadas também compartilham experiências e buscam semelhanças e diferenças de tratamentos dos conteúdos por parte dos diferentes docentes. No caso dos alunos, tem sido recorrente a organização de eventos acadêmicos que reúnem diversas instituições associadas para que apresentem seus trabalhos e troquem experiências.

Há dois grandes desafios do ProfHistória: consolidar ainda mais as interações entre as instituições associadas, envolvendo os docentes e discentes, e encontrar canais eficientes de difusão dos trabalhos finais defendidos no programa. Atualmente, todos

os trabalhos finais estão guardados no repositório EduCapes e foi construído um banco de dados que reúne as informações de todos eles, que se encontra disponível na página nacional do ProfHistória na Internet.

Os trabalhos finais defendidos pelos alunos da primeira turma também foram desafiadores, à semelhança do ocorrido nos demais mestrados profissionais. Existem trabalhos de extrema qualidade que apresentam, além de uma reflexão teórica consistente, propostas de intervenção na escola e produtos de ensino e de aprendizagem formulados para o uso na escola. A formulação de propostas tem sido o desafio de todos, professores e alunos dos cursos de mestrados profissionais da área de História com ênfase em ensino.

De que maneira a experiência do ProfHistória pode contribuir para a área? O exame de entrada pode servir para uma reflexão sobre as vantagens e desvantagens de se construir uma política nacional de seleção para os programas de História, existente em algumas áreas de avaliação, como o Exame Unificado em Pós-Graduações em Física. A existência de um banco de dados sobre os trabalhos defendidos e a guarda no repositório EduCapes pode incentivar a construção de um instrumento de busca que unifique as informações de todas as dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação em História. Isso facilitaria muito o trabalho de levantamento e consulta e, sobretudo, daria visibilidade maior ao que os programas produzem. Por fim, para todas as áreas, e não apenas para a História, a experiência de avaliação dos mestrados profissionais em rede na Avaliação Quadrienal 2017, como já mencionamos, serviu para inspirar propostas de mudanças mais radicais na forma de avaliação implementada nos últimos treze anos pela Capes. Para além das métricas, buscou-se avaliar a qualidade e a consistência das redes, os trabalhos finais produzidos e a percepção dos egressos sobre os cursos.

Em relação aos programas profissionais, a área de História tem hoje um grande desafio a enfrentar. Muito recentemente, a Capes aprovou a possibilidade de apresentação de propostas de cursos de doutorado profissional. As últimas chamadas para a apresentação

de cursos novos por meio do APCN, Aplicativo de Propostas de Cursos Novos, já permitiam essa possibilidade. Existem mais de uma centena de propostas de cursos de doutorado profissional em avaliação pela Capes. É inevitável discutir o sentido dessa modalidade na área de História, de forma madura: se há algumas positivities evidentes, como a garantia de autonomia para programas profissionais que poderiam oferecer tanto o mestrado quanto o doutorado, bem como a possibilidade de aplicação prática, em função do maior tempo, de propostas experimentais; por outro lado, seria difícil estabelecer-se diferença significativa entre o trabalho de conclusão do mestrado e do doutorado profissionais.

A comunidade e a avaliação da avaliação

Parece-nos essencial que haja maior envolvimento de toda a comunidade no processo de avaliação. O Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História tem desempenhado papel muito importante, mas o contínuo rodízio de coordenadores dificulta a clareza e a consolidação de posições. A proposta já mencionada, apresentada pela coordenação da área de História e aprovada pelo CTC-ES como sugestão à comissão de acompanhamento do PNPG 2011-2020, valoriza a avaliação dos egressos, a autoavaliação e a avaliação dos melhores produtos, escolhidos pelos próprios programas. Se vier a ser adotada, toda a comunidade acadêmica terá necessariamente de se envolver, não apenas os coordenadores, sobretudo em função da autoavaliação e da escolha dos melhores produtos.

A busca de uma avaliação objetiva e equânime não deve resultar no estabelecimento de normas, índices e métricas que estabeleçam parâmetros de desempenho para todos os aspectos que caracterizam a atuação do programa de pós-graduação. Fosse assim, bastaria termos um complexo algoritmo que, inclusive, poderia dispensar a figura do avaliador. Muito ao contrário: embora seja indispensável basear a avaliação em indicadores precisos, é fundamental que ela se realize em conformidade com a prática universalmente aceita de avaliação por pares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O colonialismo cultural. **Folha de S.Paulo**, 1º ago. 2011. p. A12.

FICO, Carlos. Colonialismo cultural e internacionalização do conhecimento. **Brasil Recente**, 1º ago. 2011. Disponível em: <http://www.brasilrecente.com/2011/08/colonialismo-cultural-e.html>. Acesso em: 3 nov. 2018.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Carlos Fico

carlos_fico@uol.com.br
Doutor em História (USP)
Professor titular
Coordenador da área de História junto à Capes (2011-2018)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Claudia Wasserman

claudia.wasserman@ufrgs.br
Doutora em História Social (UFRJ)
Professora titular
Coordenadora adjunta da área de História junto à Capes (2011-2018)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcelo de Souza Magalhães

msouzamagalhaes@gmail.com
Doutor em História (UFF)
Professor associado
Coordenador adjunto para programas profissionais da área de História junto à Capes (2013-2018)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RECEBIDO EM: 15/08/2018 | APROVADO EM: 18/10/2018